

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

110576
TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO PARANÁ

DAUD
Diretoria de Auditorias

BIRD
Banco Internacional para
Reconstrução e Desenvolvimento

Estado do Paraná

8201-BR

RELATÓRIO DE
AUDITORIA

Exercício 2014

**SUMÁRIO**

RESUMO EXECUTIVO	2
RESUMO DOS ACHADOS	3
ABREVIATURAS	5
LISTA DE QUADROS	7
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O CUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	35
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE OS PROCESSOS DE LICITAÇÃO	39
RELATÓRIO DE AUDITORIA	42
1. Introdução	43
1.1. O Projeto	43
1.2. Gestão do Projeto	47
2. Escopo Da Auditoria	49
2.1. Universo	49
2.2. Objetivos	50
2.3. Metodologia	51
3. Avaliação dos Controle Internos	53
3.1. SEPL / UGP	54
3.2. Sistemas de Informações	55
3.3. AGUASPARANÁ	56
3.4. SEED	57
3.5. SESA	59
4. Licitações	61
5. Achados de Auditoria	63
6. Recomendações Decorrentes de Achados	82
REGISTRO FOTOGRÁFICO	84
ANEXO 1	96
ANEXO 2	105
ANEXO 3	115

**ABREVIATURAS**

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AGUASPARANA	Instituto das Águas do Paraná
Banco Mundial	O mesmo que BIRD
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CELEPAR	Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
CORECON	Conselho Regional de Economia
CREA – PR	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
CRA	Conselho Regional de Administração
DAUD	Diretoria de Auditorias do TCE-PR
DIFOP	Diretoria de Fiscalização de Obras Públicas do TCE-PR
DLI	Disbursement Linked Indicators (Indicadores Ligados ao Desembolso)
EEP	Eligible Expenditure Programs (Programa de Gastos Elegíveis)
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMF	Environmental Management Framework (Marco de Gestão Ambiental)
HOSPSUS	Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IFR	Interim Financial Reports (Relatório Financeiro do Projeto)
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências.
LPN	Licitação Pública Nacional



MOP	Manual Operativo do Projeto
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
NCB	National Competitive Bidding (Licitação Pública Nacional)
OAB/PR	Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná
PGE	Programa de Gastos Elegíveis
PR	Paraná
PRED	Paraná Edificações
R\$	Unidade Monetária Nacional - Real
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEAP	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPL	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SESA	Secretaria de Estado da Saúde
SIAF	Sistema Informatizado de Acompanhamento Financeiro do Estado
SIGMA-PP	Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos
SOE	Statements of Expenditures (Declaração de Despesas)
SUDE	Superintendência de Desenvolvimento Educacional
SWAP	Sector Wide Approach (Abordagem Setorial Ampla)
TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
UGP	Unidade de Gerenciamento do Projeto
US\$	Dólar - Unidade Monetária Norte-Americana



LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS	24
QUADRO 2 - CUMPRIMENTO DO ANEXO 2 DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO	26
QUADRO 3 - CUMPRIMENTO DE LEIS E REGULAMENTOS APLICÁVEIS	33
QUADRO 4 - SUBCOMPONENTES, EXECUTORES, OBJETIVOS E CUSTOS DO COMPONENTE 1	43
QUADRO 5 - SUBCOMPONENTES, EXECUTORES, OBJETIVOS E CUSTOS DO COMPONENTE 2	44
QUADRO 6 - DESPESAS RELATIVAS AO PERÍODO AUDITADO - 13/12/2012 A 31/12/2014	50
QUADRO 7 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 1	64
QUADRO 8 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 2	67
QUADRO 9 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 3	69
QUADRO 10 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 4	72
QUADRO 11 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 5	74
QUADRO 12 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 6	76
QUADRO 13 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 7	78
QUADRO 14 - ACHADO DE AUDITORIA Nº 8	80
QUADRO 15 - RECOMENDAÇÕES DECORRENTES DE ACHADOS	82



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Handwritten signatures and initials, including a large 'No' and a star-like mark.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Excelentíssimo Senhor
Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Programa: Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná**Relatório sobre as Demonstrações Financeiras**

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas, que compreendem o Relatório Financeiro do Projeto (*IFR*), o Demonstrativo de Conciliação da Conta Designada correspondentes ao período findo em 31/12/2014, e a Carta de Representação da Gerência do Projeto, datada de 23/07/2015, bem como as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, correspondentes ao Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 8201-BR do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com aportes de contrapartida do Governo do Estado do Paraná.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração do Projeto é responsável pela preparação e apresentação confiável dessas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para Instrumentos Financeiros, e pelos controles internos que considerar necessários para que essas demonstrações estejam isentas de distorções materiais devido à fraude ou erros.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Financeiras, com base em nossa auditoria. Realizamos nossa auditoria de acordo com as Normas de Auditoria Governamental do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (Resolução nº 42/2013), compatíveis com as Normas Internacionais de Auditoria, e requisitos específicos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Essas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planejemos e realizemos a auditoria para obter uma segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais. Uma auditoria



pressupõe aplicar procedimentos para obter evidências relacionadas com os valores ou com as informações divulgadas nas Demonstrações Financeiras.

Os procedimentos selecionados dependem do juízo do Auditor, inclusive a avaliação dos riscos de distorções materiais nas Demonstrações Financeiras decorrentes de fraude ou erros.

Na avaliação de riscos, o Auditor considera os controles internos adotados pela Entidade importantes para a preparação e apresentação de Demonstrações Financeiras confiáveis, para o planejamento de procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, não sendo seu propósito opinar sobre a eficácia do controle interno da Entidade. Uma auditoria também inclui avaliar a propriedade das políticas contábeis aplicadas e a razoabilidade das estimativas contábeis da administração, bem como a avaliação geral da apresentação das Demonstrações Financeiras. Consideramos que as evidências de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas como base para nossa opinião de auditoria.

Tal como descrito na Nota Explicativa nº 03, as Demonstrações Financeiras foram preparadas sobre a base contábil de fundos (caixa), em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade para Instrumentos Financeiros sobre a base contábil de fundos (caixa). A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os fundos (inclusive o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pela Entidade e não quando resultam, são auferidos ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Bases para opinião qualificada

O valor registrado como despesas elegíveis (financiáveis) pelo projeto, na base de dados da execução financeira no período auditado, é de R\$348.738.964,61, dos quais R\$68.106.219,53 foram identificados pela equipe de auditoria como despesas não elegíveis (não financiáveis) distorcendo de maneira importante a realidade da execução do projeto demonstrada nas demonstrações financeiras.



Opinião Qualificada

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo anterior, as Demonstrações Financeiras retro mencionadas apresentam, razoavelmente, em todos os seus aspectos importantes, os Fluxos de Caixa relativos ao período findo em 31/12/2014 e os Investimentos Acumulados do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná em 31/12/2014, em conformidade com a norma contábil sobre fundos (caixa) e as políticas contábeis descritas na nota 03.

Curitiba, 30 de setembro de 2015.

Alexandre Faila Coelho
Diretor da Diretoria de Auditorias
Matrícula nº 50.677-0
CREA nº 23.234-PR

Vitor Hugo Steinke
Gerente de Suporte das Auditorias de
Recursos Externos
Matrícula nº 51.740-2
CRC/PR nº 57.174

Denise Gomel
Diretora Adjunta da Diretoria de Auditorias
Matrícula nº 50.675-3
CAU nº A15413-0

Carlos Eugênio de Medeiros D'Amico
Coordenador de Auditoria
Matrícula nº 50.203-0
CORECON-PR nº 6484-1

Fernando Humberto Angulski de Lacerda
Analista de Controle
Matrícula nº 51.942-1
CORECON-PR nº 7334

Flávio Afonso Hernández de Lima
Analista de Controle
Matrícula nº 51.937-5
OAB-PR nº 32.440

Denilson Aldino Beal
Analista de Controle
Matrícula nº 51.950-2
CORECON-PR nº 7959

PROJETO MULTISSETORIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ - BANCO MUNDIAL

Projeto P126343 - Nº do Acordo de Empréstimo: 8201-BR

Período: 01/07/2014 à 31/12/2014

Desembolso Nº: 03

RECONCILIAÇÃO DA CONTA DESIGNADA

IFR 1B

CONTA Nº 10832-4 GEPR BIRD LOAN 8201 BR AT

BANCO: BANCO DO BRASIL S/A

2º SEMESTRE: 01/07/2014 à 31/12/2014

(Expresso em Reais)

	R\$
I. Fundo Recebido	
1. Saldo Inicial	0,00
2. Restituições do Banco Mundial :	
Depósitos na Conta Designada	
Reposição para Conta Designada	14.000.000,00
Rendimento da Conta Designada no semestre	373.822,72
3. Fundos Disponíveis em 31/12/2014 (1 + 2)	14.373.822,72
II. Menos :	
Investimentos no Projeto	
Pagamentos por Bens e Serviços segundo comprovantes	0,00
III. Saldo de Conta Designada	14.373.822,72
<u>Fundos Disponíveis</u> (R\$)	
Conta Designada em R\$	
Conta em Reais	
Total disponível	<u>14.373.822,72</u>

Tobias de Freitas Prado

Elaborado por: Tobias de Freitas Prado (Coordenador Financeiro)

Nestor Bragagnolo

Revisado por: Nestor Bragagnolo (Coordenador Adjunto)

Mauro José Corbellini

Certificado por: Mauro José Corbellini (Coordenador Geral)

Hb
*A **

Nota Explicativa Nº 02

Curitiba, 22 de julho de 2015

Assunto: Nota explicativa anexa ao Relatório Interino Financeiro Não Auditado (IFR), de 11/06/2015, referente ao 3º Desembolso do Projeto (*SWAp for Paraná Multi-sector Development Project*).

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná possui abordagem setorial ampla (*Sector Wide Approach – SWAp*), apoiando a execução de iniciativas prioritárias previstas na programação orçamentária do Estado, de maneira que as ações de cada uma das Secretarias de Estado envolvidas contribuam para o alcance do objetivo geral do Projeto, fortalecendo a gestão integrada e efetivamente voltada para resultados.

As ações deste Projeto foram organizadas em dois componentes: Componente 1, denominado Promoção Justa e Ambientalmente Sustentável do Desenvolvimento Econômico e Humano, e Componente 2, intitulado Assistência Técnica para Gestão Pública Mais Eficiente e Eficaz.

No Componente 1, constam nove Programas com ações finalísticas das Secretarias Estaduais da Agricultura, Meio Ambiente, Saúde e Educação. Estes Programas estão organizados em quatro setores ou subcomponentes: Desenvolvimento Rural Sustentável, Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, Educação e Saúde. Os recursos necessários para a implementação dos Programas de Gastos Elegíveis (PGEs) estão previstos tanto no Plano Plurianual como nas Leis Orçamentárias Anuais. O valor global desses programas totaliza US\$ 678,239,777.00, dos quais US\$ 315,000,000.00 (incluindo a taxa de abertura de crédito) deverão ser aportados pelo Banco Mundial.

No Componente 2, estão contempladas ações de apoio técnico e financeiro à implementação do Componente 1 e às atividades de modernização da gestão do setor público, envolvendo também as Secretarias de Fazenda, Planejamento, Administração e Previdência, Casa Militar (Defesa Civil) e Controladoria Geral do Estado. Neste componente, as ações serão 100% custeadas com recursos financeiros disponibilizados pelo Banco Mundial, envolvendo

um montante de US\$ 35 milhões, cuja execução está centralizada na Secretaria do Planejamento (SEPL) sob Administração Geral do Estado (AGE).

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) será responsável pela gestão do Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, o qual envolve sete Secretarias de Estado e quatro Autarquias Públicas. Para tanto, foi instituída, através do Decreto Estadual nº 5.133/2012, alterado pelo Decreto nº 9.871, de 13 de janeiro de 2014, no âmbito da Coordenação de Desenvolvimento Governamental da SEPL, uma Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e um Comitê Gestor, que provê suporte à operacionalização do Projeto e objetiva promover a articulação institucional interna, acompanhar a execução e monitorar os resultados, visando assegurar o acompanhamento e correção da implantação dos mesmos, propondo eventuais ajustes que se façam necessários.

A UGP conta com um Coordenador Geral, um Coordenador Adjunto, um Coordenador Financeiro, um Coordenador de Licitações e um Técnico de apoio, uma Supervisora de Monitoramento e Avaliação e uma Supervisora de Salvaguardas Ambientais.

2. ESTADO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

O financiamento entrou em efetividade em 13 de janeiro de 2014, está no segundo ano de execução e realizou dois desembolsos relativos ao Componente 1, sendo um reembolso de despesas retroativas no valor de US\$ 50,000,000.00 e o segundo no valor de US\$ 44,125,000.00, reembolso dos gastos ocorridos no primeiro semestre do ano de 2014. Além disso, foi realizado um adiantamento à conta designada do projeto, no valor de R\$ 14.000.000,00, para iniciar a execução das ações de assistência técnica do Componente 2.

No momento, o Banco está analisando o pedido de saque relativo ao terceiro desembolso dos Programas de Gastos Elegíveis, relativo às despesas realizadas no segundo semestre de 2014, cujo valor solicitado totalizou US\$ 37,019,230.77, do limite de US\$ 50,000,000.00, conforme estabelecido na Carta de Desembolso.

Para este desembolso o Banco concordou em utilizar as despesas acumuladas até 31 de dezembro de 2014, incluindo o período retroativo, para fazer o cálculo do terceiro desembolso, de acordo com as reuniões realizadas na Missão de Monitoramento de 23 a 27 de março de 2015. As condições aplicadas para este desembolso foram as seguintes:

- i. Regra dos 70% sobre a execução orçamentária por setor. Apenas o setor de agricultura ficou abaixo dos 70% (68%), o que impactou em uma redução de 0,125 (US\$6,250,000.00) sobre o valor total. O valor poderá ser recuperado futuramente, de acordo com o estabelecido no Contrato de Empréstimo;
- ii. Cumprimento dos indicadores de desembolso (DLIs). Dado que foi cumprida a regra acima, a missão analisou todos os 13 indicadores de desembolso. Verificou-se que 11 foram cumpridos, dos quais 9 atenderam ou superaram as metas de acordo com o estabelecido no anexo 5 do Contrato de Empréstimo, e 2 foram atingidos com base nas seguintes considerações:
 - a. Setor 1 – Desenvolvimento Rural Sustentável, “número de propostas de negócios aprovadas e a serem financiadas”. O Estado realizou o processo de seleção pública como previsto, mas somente 28 propostas foram inscritas, das quais 27 foram habilitadas. Devido à falta de demanda para a atividade, que previa a habilitação de 30 propostas, o Banco considerou que o indicador foi cumprido. Como resultado, a meta será revisada como parte da reestruturação do projeto.
 - b. ii. (ii) Setor 2 – Gestão Ambiental e de Riscos e Desastres, “número de regionais com balcões únicos instalados para o acesso a serviços de licenciamento ambiental”. Estava prevista a instalação de 1 balcão único (físico), mas com o avanço do desenvolvimento do sistema informatizado de atendimento ao cidadão, ficou evidente que os balcões físicos, da forma como planejado, não é a forma mais eficiente de atender à população. Dado que o sistema informatizado se mostrou mais eficiente, e que tem o seu primeiro módulo já em operação, o indicador será adaptado à nova realidade quando da reestruturação do projeto.

Os dois indicadores não atingidos, que implicaram numa redução de US\$6,730,769.30, foram do Setor 5 – Gestão do Setor Público: “fortalecimento do sistema de controle interno” e “revisão dos processos de gestão fiscal”. Quando cumpridos, o Mutuário poderá recuperar os respectivos valores.

- iii. Financiamento de 50% da execução agregada dos Programas de Despesas Elegíveis (PGEs). A regra foi cumprida de acordo com o estabelecido.

Ressalte-se que, com relação à execução do Componente 2, ações de assistência técnica, até o momento ainda não foram realizados pagamentos com os recursos disponibilizados pela conta designada. Contudo, há processos licitatórios com a “não objeção” do Banco e também há um termo de referência, registrado no *Client Connection*, relativo à seleção de consultoria para capacitar de forma estratégica os quadros públicos do Estado do Paraná nas modalidades EAD e Presencial, da Secretaria da Administração e Previdência.

3. DETALHAMENTO DO RELATÓRIO INTERINO FINANCEIRO

A presente nota explicativa é anexa ao Relatório Interino Financeiro Não Auditado – IFR, de 11 de junho de 2015, o qual consolida as informações de execução financeira do primeiro ano do projeto, de 12 de dezembro de 2013 a 31 de dezembro de 2014, além disso, trata da execução financeira acumulada desde o período de retroatividade, 12 de dezembro de 2012 a 11 de dezembro de 2013.

As principais políticas contábeis adotadas pelo Estado são: (i) as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCASP, Lei 4.320/64, que estabelece certos princípios de contabilidade de alto nível; e (ii) o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado sob a Lei 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, e o Decreto 3.589, de 06 de Setembro de 2001. Ademais, o projeto requer adesão à primeira série das NBCASP e ao MCASP revisado e publicado sob a Portaria STN 467, de 06 de agosto de 2009.

O método utilizado para contabilizar as despesas e as receitas realizadas pelo projeto segue o regime de caixa, considera as receitas e as despesas no período de seu recebimento ou pagamento, independente do momento em que são realizadas.

Para contabilizar os valores reembolsados ao projeto, recursos provenientes da Fonte 142 - Operação de Crédito Externa/BIRD; foi utilizada a taxa de câmbio de 2 USD/BRL, sendo a mesma taxa utilizada no Acordo de Empréstimo.

O Relatório Interino Financeiro contém basicamente as demonstrações de fontes e de usos por componente e o acompanhamento da execução financeira por Iniciativa

4
M. H.
A. J.

Orçamentária, conforme previsto no Acordo de Empréstimo e nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) e no Plano Plurianual 2012-2015.

A apresentação do fluxo de caixa do IFR está disposta na vertical com as seguintes informações: (i) fontes; (ii) aplicações por categorias, componentes, setores e programas; (iii) saldo das fontes menos as aplicações; e (iv) saldo final do período.

As fontes de recursos estão divididas em reembolsos do Componente 1 e adiantamentos do Componente 2, ao passo que, as aplicações estão discriminadas até o maior nível de detalhe, por Iniciativas, de ambos os componentes do projeto.

A seguir estão discriminados os campos contidos no relatório:

- I. Unidades Executoras e o número das Iniciativas;
- II. Executado, que são os pagamentos realizados, distribuídos em contrapartida (CP), financiamento (BIRD) e total, no semestre, ano e acumulado do projeto;
- III. Planejado, que são os valores previstos no Plano Operativo Anual e na LOA de 2014, distribuídos em contrapartida (CP), financiamento (BIRD) e total, no semestre, ano e acumulado do projeto;
- IV. Executado/Planejado, relação entre os valores pagos e os valores previstos, em porcentagem, distribuídos em contrapartida (CP), financiamento (BIRD) e total, no semestre, ano e acumulado do projeto;
- V. Contratado, que são os valores previstos no Acordo de Empréstimo.

Para contabilizar os valores executados no IFR tanto de contrapartida quanto de financiamento foi calculado um percentual estimado de financiamento pelo Banco, que é o percentual do valor reembolsado ou a ser reembolsado, em reais, considerando a taxa de 2 USD/BRL à data da assinatura do contrato, em relação ao valor considerado financiável pelo Banco em reais, no semestre. Ao aplicar este percentual sobre os valores dos pagamentos considerados financiáveis de cada uma das Iniciativas, tem-se o valor executado com recursos do BIRD no período e, a diferença entre o valor pago total por Iniciativa e o valor executado com recursos do BIRD, é o valor da contrapartida por Iniciativa.

Por exemplo, o montante equivalente a R\$ 74.038.461,54 foi reembolsado pelo Banco relativo às despesas realizadas no segundo semestre de 2014, considerando a taxa de câmbio de 2 USD = 1 R\$, e o valor total dos pagamentos considerados financiáveis pelo BIRD

5
M. -
[Handwritten signatures]

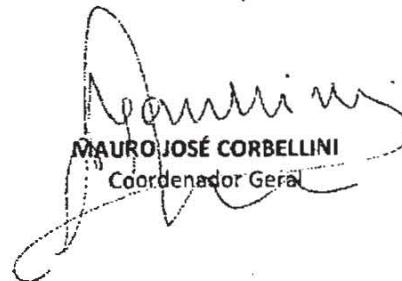
foi de R\$ 87.125.531,24 para o mesmo período. A razão entre o valor a ser reembolsado e o valor pago financiável é 84,979%. Ao aplicar este percentual sobre o valor pago financiável na Iniciativa nº 3033, da EMATER, no total de R\$ 917.289,65, tem como resultado o valor de R\$ 779.504,16, conforme apresentado no campo “Executado”, “Semestral”, “BIRD” do relatório financeiro.

A reconciliação bancária da conta designada do projeto, integrante ao IFR, apresenta o saldo de R\$ 14.373.822,72, conforme e o extrato bancário do dia 31 de dezembro de 2014.

Elaborado por:


TOBIAS DE FREITAS PRANDO
Coordenador Financeiro

Certificado por:


MAURO JOSÉ CORBELLINI
Coordenador Geral

Ao Senhor
CARLOS EUGENIO M. D'AMICO
Coordenador de Auditoria
Diretoria de Auditorias (DAUD)
Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR